

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

58 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 26 a 30/10/2020):

1. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO EUROPEU	1
2. COMISSÃO EUROPEIA COORDENAÇÃO NA RESPOSTA À COVID-19	1
3. COMISSÃO EUROPEIA SALÁRIO MÍNIMO EUROPEU	3
4. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	3
Estado de Direito	5
5. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	5
6. MIGRAÇÕES REFUGIADOS E FRONTEX	5
7. COMISSÕES DO PE	6
Processos legislativos em curso	6
Inteligência Artificial	6
Plano Europeu de Luta contra o Cancro	6
Consequências da COVID-10 na ordem global	6
Lei eleitoral para o PE	6
Relatório sobre a estratégia europeia para o turismo sustentável	6
Audição sobre o setor bancário na UE	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Reunião informal dos Ministros dos Transportes	7
Videoconferência dos Ministros da Saúde	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO EUROPEU

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, convocou uma [reunião informal dos membros do Conselho Europeu](#), realizada no dia 29 de outubro por videoconferência. Na sua [newsletter](#), Charles Michel apresentou uma síntese do ponto de situação dos desafios atuais na recuperação da [pandemia de COVID-19](#), destacando que “[é necessária uma UE de testes e vacinas](#)”.

No [Conselho Europeu de 15 de outubro](#), foi avaliada a situação epidemiológica e os progressos alcançados até à data em matéria de coordenação global a nível da UE contra a COVID-19, incluindo a [Recomendação sobre uma abordagem coordenada das restrições à liberdade de circulação](#). Além disso, o Conselho insta o esforço de coordenação nos seguintes domínios:

- *regulamentações da quarentena*
- *rastreio dos contactos transfronteiras*
- *estratégias de despistagem*
- *avaliação conjunta dos métodos de despistagem*
- *restrição temporária das viagens não indispensáveis para a UE*

A Comissão Europeia apresentou esta semana um [novo conjunto de medidas para limitar a propagação do coronavírus](#), que detalhamos no ponto 2. A Presidente Ursula von der Leyen deu uma [conferência de imprensa](#) com [Peter Piot, um virologista belga](#) que exerce funções de seu Conselheiro Especial neste âmbito, onde apelou às melhorias na coordenação entre países.

Em termos de [resultados desta reunião](#), e além de uma [Declaração Conjunta sobre os atentados em França](#), a discussão centrou-se nas **políticas de vacinação e testes**, bem como a abordagem comum e coordenada das restrições à liberdade de circulação, com base nas recomendações da Comissão feitas a 28 de outubro (cfr. ponto 2, *infra*). Sobre a **rastreabilidade e as aplicações**, foi debatida a interoperabilidade e, relativamente às viagens, o *Passenger Locator Form* a nível europeu. No que diz respeito a **vacinas**, os líderes debateram quatro áreas de cooperação: *i) distribuição equitativa pelos Estados-Membros; ii) os critérios para determinar os grupos prioritários; iii) os desafios e constrangimentos logísticos e iv) a estratégia de comunicação*.

Foi ainda analisada a relação da UE com a [Turquia](#), tendo o Presidente do Conselho declarado que “*A UE ofereceu um caminho claro para uma agenda positiva. Até agora, a Turquia não escolheu este caminho. Condenamos as recentes ações unilaterais no Mediterrâneo Oriental, as provocações e a retórica, que são totalmente inaceitáveis. O Conselho voltará a este tema na sua reunião de dezembro*”. As declarações de Charles Michel à imprensa estão [disponíveis](#), bem como uma [síntese dos trabalhos](#).

2. COMISSÃO EUROPEIA | COORDENAÇÃO NA RESPOSTA À COVID-19

Como referido no ponto anterior, a Comissão Europeia [lançou esta semana um pacote de medidas para esclarecer as formas de propagação do vírus](#) e a eficácia da resposta, realizar testes bem direcionados, aperfeiçoar o rastreio de contactos, melhorar os preparativos para as campanhas de vacinação e preservar o acesso a produtos essenciais, como o equipamento de vacinação, mantendo a circulação das mercadorias no mercado único e promovendo viagens seguras.

Esta [comunicação](#) define os [próximos passos para a UE](#) reagir de forma mais eficaz à ressurgência da COVID-19:

1. **Melhorar o fluxo de informação para permitir a tomada de decisões informadas:** exorta os Estados-Membros a fornecerem todos os dados pertinentes ao Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e à Comissão. Só assim se pode garantir informações precisas, completas, comparáveis e oportunas.
2. **Estabelecimento de testes mais rápidos e eficazes:** a Comissão adotou uma [recomendação sobre estratégias de teste da COVID-19](#), que também contempla os testes rápidos de antígeno, solicitando que os Estados-Membros apresentem as respetivas estratégias nacionais em matéria de testes até novembro. A Comissão está a mobilizar 100 milhões de EUR ao abrigo do [Instrumento de Apoio de Emergência](#) com vista à aquisição direta de testes rápidos de antígeno e à entrega dos mesmos aos Estados-Membros.
3. **Utilizar plenamente as [aplicações de alerta e rastreio de contactos](#):** até à data, os Estados-Membros desenvolveram 19 aplicações nacionais de alerta e rastreio de contactos, que foram descarregadas mais de 52 milhões de vezes. A Comissão lançou «serviço europeu de interoperabilidade», tendo as aplicações nacionais da Alemanha, Irlanda e Itália sido as primeiras a ligar-se a este sistema.
4. **Vacinação eficaz:** no âmbito da [estratégia da UE em matéria de vacinas contra a COVID-19](#), a Comissão está a negociar acordos com os produtores de vacinas. Em 15 de outubro, a Comissão definiu as [principais medidas](#) que os Estados-Membros devem tomar para estarem inteiramente preparados e será criada uma plataforma para monitorizar a eficácia das estratégias nacionais de vacinação.
5. **Comunicação eficaz aos cidadãos:** todos os Estados-Membros devem relançar campanhas de comunicação para combater as informações falsas, sendo que a vacinação é um domínio específico em que as autoridades públicas necessitam de intensificar as suas ações para combater a desinformação.
6. **Garantir a disponibilidade dos produtos essenciais:** foi lançado um novo contrato público conjunto para a aquisição de equipamento médico para a vacinação, a Comissão [prorrogou](#) a suspensão temporária dos direitos aduaneiros e do IVA aplicáveis à importação de equipamento médico proveniente de países terceiros e [propõe](#) igualmente que os hospitais e os médicos não paguem IVA sobre as vacinas e os kits de teste.
7. **Facilitar viagens seguras:** a Comissão apela aos Estados-Membros para que apliquem plenamente a [recomendação adotada pelo Conselho](#) relativa à coordenação das restrições à livre circulação:
 - *protocolo de teste para os viajantes*, a utilizar pelas autoridades de saúde pública, companhias aéreas e aeroportos, bem como uma abordagem comum das práticas de quarentena, que será apresentada em novembro e que conta com uma contribuição do ECDC.
 - em novembro, será conduzido *um projeto-piloto destinado a preparar os Estados-Membros para o lançamento e a utilização de um formulário de localização de passageiros digital* da UE.
8. **Alargamento dos [corredores verdes](#):** a Comissão [propõe](#) alargar a abordagem dos corredores verdes ao transporte ferroviário, marítimo e fluvial, e aéreo de mercadorias para assegurar um funcionamento eficaz do transporte multimodal.

3. COMISSÃO EUROPEIA | SALÁRIO MÍNIMO EUROPEU

Uma das [principais prioridades políticas](#) da Comissão Europeia ganhou forma esta semana, através da [apresentação de uma proposta de diretiva da UE](#) que visa garantir que os trabalhadores na União estão “*protegidos por salários mínimos adequados que lhes permitam uma vida digna onde quer que trabalhem*”. A Comissão considera que, quando fixados em níveis adequados, os salários mínimos não só têm um [impacto social positivo](#), como produzem benefícios económicos mais vastos, uma vez que reduzem a desigualdade salarial, ajudam a sustentar a procura interna e reforçam os incentivos ao trabalho. Acrescenta-se que a crise atual afetou particularmente os setores com uma percentagem mais elevada de trabalhadores com salários baixos, como a limpeza, a venda a retalho, a saúde e os cuidados prolongados e os cuidados residenciais.

A Comissão refere que **existem salários mínimos em todos os Estados-Membros da UE: 21 países têm salários mínimos instituídos por lei, e em 6 Estados-Membros (Dinamarca, Itália, Chipre, Áustria, Finlândia e Suécia) a proteção é assegurada exclusivamente por convenções coletivas**. Considera, porém, que na maioria deles, a proteção não é suficientemente adequada. Por conseguinte, a diretiva proposta visa **estabelecer um quadro para melhorar a adequação dos salários mínimos e garantir aos trabalhadores da UE a proteção por eles assegurada. Não obriga os Estados-Membros a introduzirem salários mínimos nacionais, nem fixa o nível dos salários mínimos**.

A Comissão concluiu que nos países com sistemas de negociação coletiva é menor a percentagem de trabalhadores com salários baixos, as desigualdades salariais são menos acentuadas e os salários mínimos mais elevados. Por conseguinte, a **proposta da Comissão visa promover a negociação salarial coletiva em todos os Estados-Membros**.

A [proposta](#) foi acompanhada de um [Documento de trabalho dos serviços](#) e a [avaliação de impacto](#), onde estão detalhadas as realidades país a país, bem como uma secção de [Perguntas e respostas: Salários mínimos adequados](#) e uma [Ficha informativa: Salários mínimos adequados](#).

Esta proposta foi [acolhida de forma bastante diferente pelos parceiros sociais](#), tendo a [Business Europe](#), representante das empresas a nível europeu, considerado que é uma [receita para o desastre](#) e que a Comissão deveria apresentar uma recomendação em vez de uma Diretiva. A [Confederação Europeia de Sindicatos \(CES\)](#) [reagiu positivamente](#), considerando esta iniciativa “*um passo importante, pois é a única forma de promover uma verdadeira mudança*”, ainda que considere que deve ser melhorada em vários aspetos.

4. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Esta semana, realizaram-se mais **dois diálogos trilaterais** entre o PE, Conselho e a Comissão sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, o Fundo de Recuperação Next Generation EU e a Decisão sobre os Recursos Próprios.

Sobre esta última, e tratando-se de uma Decisão do Conselho após consulta ao PE, sujeita aos procedimentos nacionais de **ratificação**, **disponibilizamos uma [tabela que colige](#)¹ os requisitos legais dos 27 Estados-Membros para essa aprovação**. Recorde-se que a ratificação nacional pelos 27 é condição essencial para a entrada em vigor desta Decisão que, entre outras

¹ A nível de serviços, pelo PE e pela rede de representantes dos Paramentos nacionais em Bruxelas.

coisas, confere à Comissão a faculdade de emitir dívida nos mercados para financiar o fundo de recuperação. Assim, em síntese:

- em **20 Estados-Membros** (*BE, BG, CZ, DK, DE, EL, ES, FR, IT, LT, LU, HU, MT, NL, AT, PL, PT, RO, FI e SE*), os **Parlamentos nacionais têm de aprovar a Decisão**, normalmente por maioria simples;
- em alguns países, e dependendo da análise material da Decisão, essa aprovação **poderá exigir uma maioria qualificada de 2/3** (*DE, AT, FI*);
- em **5 Estados-Membros**, a aprovação formal pelos Parlamentos **não é um requisito** (*IE, HR, CY, LV and SK*). Tal não exclui o escrutínio político pelos Parlamentos;
- **na Irlanda e na Estónia**, ainda não foi tomada a decisão sobre se a Decisão será aprovada apenas pelo Governo ou se terá ser submetida ao Parlamento.

Os trólogos desta semana **não lograram ainda obter um acordo global**. As discussões centraram-se nos [montantes dos 15 programas-bandeira](#) que o PE quer ver reforçados - o PE considera ter feito [uma proposta de compromisso](#) que permitia libertar 12,9 mil milhões de euros, ao retirar dos tectos do QFP os custos de reembolso do Fundo de Recuperação.

Segundo a equipa negocial do PE, foi sugerido deixar essa margem fora dos tectos sem redistribuir necessariamente esse montante pelos programas, mas deixando ao Conselho a faculdade de dispor desses fundos para necessidades de financiamento imprevistas. Segundo o PE, o Conselho rejeitou essa possibilidade. Como já vem sendo hábito, o diálogo interinstitucional teve continuidade no [twitter](#):



No PE, e ainda que não seja um prazo oficial, é internamente apontado **o dia 13 de novembro** como a data para concluir as negociações. Com efeito, será necessária uma votação em Plenário de alguns aspetos do acordo, bem como de dossiês legislativos em co-decisão que dele decorrem e que são cruciais (e.g. o [Instrumento de Resiliência e Recuperação](#)). O Presidente Sassoli tem promovido reuniões regulares com os grupos políticos (nomeadamente PPE, S&D, Renew e Verdes), diligenciado para que o PE possa ter, nesta recta final, uma posição que equilibre as várias sensibilidades políticas, mas que não perca de vista o alcance global deste processo.

Esta semana, o Bruegel Institute publicou uma [interessante análise do Fundo de Recuperação](#), da autoria de Jean Pisani-Ferry.

Estado de Direito

No que diz respeito à [condicionalidade relativa ao Estado de direito no orçamento da UE para 2021-2027](#), esta semana prosseguiram os diálogos trilaterais informais sobre este [dossiê legislativo, sem progressos conclusivos](#).

Apesar de alguns sinais positivos durante a semana, indicando um possível acordo, **subsistem ainda divergências**. O PE tem insistido numa referência à *independência e imparcialidade do sistema judiciário e num mecanismo de carácter preventivo*, bem como uma *lista de situações passíveis de serem consideradas como violação do estado de direito*, tendo o Conselho anuído em conferir um papel ao PE no processo, mas não na tomada de decisão. O PE solicita, igualmente, a criação de um *painel de peritos independentes para avaliar os casos*, e que a decisão seja tomada através de um acto de execução da Comissão, exceto se o Conselho (por [maioria qualificada invertida](#)) ou o PE (maioria simples) se opuserem. O Conselho **não prevê a intervenção do PE** e propõe que a decisão seja tomada pelo Conselho por maioria qualificada.

5. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

Tal como demos nota na [Síntese n.º 57](#), tanto o [Reino Unido](#) como a [UE](#) anunciaram o retomar das negociações de forma intensiva, que decorrem atualmente. O Presidente do Conselho Europeu deu [nota da incerteza em torno deste processo](#), numa abordagem cautelosa. A [Bloomberg refere](#) que, se os progressos forem tangíveis até dia [3 de novembro](#), é possível que a Presidente da Comissão e o 1.º Ministro britânico participem na recta final das negociações para finalizar os detalhes em aberto.

Esta semana, foi publicada uma [sondagem da YouGov](#), onde se conclui que $\frac{2}{3}$ dos britânicos consideram que o Governo falhou nas negociações e que 57% pensa que, se as negociações falharem, a responsabilidade será do Reino Unido.

Finalmente, damos nota do [relatório publicado](#) pela *Comissão Parlamentar sobre as Relações Futuras da Câmara dos Comuns sobre a Implementação do Acordo de Saída* no respeitante aos direitos dos cidadãos ([conclusões e recomendações](#), além do [sumário](#)). A Câmara dos Lordes publicou, igualmente, um [relatório sobre o mesmo tema](#), com fortes críticas ao modo como o governo britânico conduziu o processo negocial com a UE.

6. MIGRAÇÕES | REFUGIADOS E FRONTEX

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu reuniu no dia 27 de outubro, constando da sua [agenda](#) o debate sobre a situação atual no campo de Kara Tepe e os desafios futuros da gestão do asilo/migração nas ilhas gregas.

O [debate](#), com a presença da Comissão Europeia, Médicos sem Fronteiras e Governo grego, incidiu sobre as condições nos campos de refugiados e necessidade da sua melhoria, as transferências para o campo de Kara Tepe após o [incêndio no campo de Moria](#), as ações de recolocação de famílias em países recetores como a Alemanha, o maior foco atribuído aos menores não acompanhados, assim como a necessidade de uma solução sustentável à luz do novo Pacto sobre Migração e Asilo e a solidariedade entre os Estados.

A situação humanitária causada pelo incêndio de Moria, bem como a ajuda da UE às autoridades gregas, haviam já sido [debatidas no plenário do PE](#) em setembro com a Comissária Johansson.

Foram também referidas as preocupações e necessidade de esclarecimento das questões que envolvem o pessoal e os recursos da [Frontex e a repulsão de requerentes de asilo](#) no mar Egeu.

A Frontex já abriu um [inquérito](#) interno a estas alegações e o seu Conselho de Administração reunirá com a Comissária Johansson no próximo dia 10 de novembro.

7. COMISSÕES DO PE

Processos legislativos em curso

O PE atualiza regularmente, nesta [hiperligação](#), o **trabalho legislativo em curso** nas suas Comissões, que deixamos para referência de consulta futura.

Inteligência Artificial

Após a aprovação dos três [relatórios de iniciativa sobre a inteligência artificial \(IA\) na UE](#), a Comissão especial sobre a inteligência artificial promoveu esta semana um [debate sobre o futuro da IA com a Vice-Presidente Executiva da Comissão Margrethe Vestager e com o Comissário Thierry Breton](#), centrada no [Livro Branco sobre a AI](#).

Plano Europeu de Luta contra o Cancro

A Comissão Especial do PE para a Luta contra o Cancro (BECA) [apresentou as suas primeiras propostas](#) para este plano, em debate com a Comissária Stella Kyriakides.

Consequências da COVID-10 na ordem global

A Comissão de Assuntos Externos (AFET) aprovou um [relatório](#) evidenciando que a **COVID-19 é um *game changer* nas relações internacionais**, que a UE deve fortalecer a sua resiliência interna, desenvolver novas parcerias e promover a sua visão multilateralista.

Lei eleitoral para o PE

A Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) aprovou o [relatório sobre as lições das eleições europeias de 2019](#), onde evidencia a necessidade de **revisitar alguns aspetos da lei eleitoral para o PE**. É provável que o PE inicie brevemente o processo de elaboração de um relatório de iniciativa sobre esta matéria, para abordar temas como as listas transnacionais e o *Spitzenkandidaten* (candidato preferencial para Presidente da Comissão).

Relatório sobre a estratégia europeia para o turismo sustentável

A Deputada portuguesa Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) apresentou esta semana o seu projeto de [relatório de iniciativa sobre a estratégia europeia para o turismo sustentável](#), na [Comissão de Transportes e Turismo](#) (TRAN) do PE. Além de propor uma nova estrutura de governação para o turismo a nível europeu, sugere ainda a criação de uma agência europeia para o setor e lamenta a inexistência de uma linha orçamental dedicada no QFP 2021-27.

Audição sobre o setor bancário na UE

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON) promoveu esta semana uma [audição com Andre Enria](#), Presidente do [Conselho de Supervisão do BCE](#). O PE disponibilizou

um [briefing de enquadramento](#) com os principais temas em análise, que importa reter. Entre as várias questões debatidas, destacamos a sugestão feita de que possa ser criado um *bad bank* a nível europeu que possa fazer face a uma possível vaga de [créditos não-produtivos](#) com a atual crise.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos Ministros dos Transportes

Decorreu no dia 29 de outubro, por videoconferência, sob o tema [Aproveitar a revolução digital para tornar a mobilidade do futuro sustentável, segura e eficiente](#) e com enfoque na discussão da [Declaração de Passau](#), através da qual os Ministros dos Transportes da UE pretendem moldar o futuro da mobilidade da Europa, a fim de desbloquear o potencial inerente à transformação digital, bem como a Inteligência Artificial, para todos os cidadãos da UE e estabelecer a Europa como líder no campo da mobilidade digital.

Videoconferência dos Ministros da Saúde

Reuniram-se por [videoconferência](#) no dia 30 de outubro para debater o papel da UE no reforço da Organização Mundial da Saúde (OMS), com base no projeto de conclusões do Conselho relativo à coordenação das intervenções dos Estados-Membros da UE quando forem retomados os trabalhos da 73.ª Assembleia Mundial de Saúde, o órgão de decisão da OMS. Os Ministros da Saúde foram ainda informados sobre a recomendação do Conselho sobre uma abordagem coordenada das restrições à liberdade de circulação em resposta à pandemia de [COVID-19](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, não haverá trabalhos parlamentares.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [11 de novembro](#), com a adoção de várias propostas sobre a **União Europeia da Saúde**.

Conselho da União Europeia

- 3.11: [Videoconferência do Eurogrupo](#) e [Reunião informal dos ministros da Defesa do Consumidor](#)
- 4.11: [Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças](#)

Bruxelas | 30 de outubro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).